

Apresentação do Programa do VIII Governo Constitucional

Primeiro-Ministro Taur Matan Ruak

Parlamento Nacional RDTL, 25 de julho de 2018

Sua Excelência, Senhor Presidente do Parlamento Nacional
Suas Excelências, Vices Presidentes do Parlamento Nacional
Suas Excelências, Senhoras e Senhores Deputados
Caros Colegas, Senhoras e Senhores membros do Governo
Senhoras e Senhores
Distintos Convidados

É com muita honra e humildade que apresentamos perante o Parlamento Nacional e perante o país, o programa que irá definir as grandes linhas orientadoras da atuação do VIII Governo Constitucional para os próximos cinco anos.

Fazemos esta apresentação num momento decisivo para o nosso futuro coletivo, para a transformação de Timor-Leste num país *“seguro, saudável, com uma população mais instruída e próspera”*.

Cumprimos esta formalidade constitucional, numa altura de viragem histórica, em que reassumimos perante o Povo a nossa inquebrantável visão de transformar Timor-Leste, num país, *“até agora de rendimentos baixos, numa sociedade próspera com rendimentos médio-altos”*.

Assumimos estes compromissos numa época de Paz e de Esperança, em que muitos reconhecem o balanço positivo alcançado pelos Timorenses e pelo País no seu progresso, desde a independência, rumo ao desenvolvimento e a uma modernidade, crescente e com bases sólidas.

Conseguimos resolver em 2014, o problema dos deslocados internos e refugiados, garantindo a segurança e a estabilidade económica e social, que permitem o desenvolvimento harmonioso das pessoas, das famílias e das diferentes organizações da sociedade civil.

Possuímos desde 2011, um Plano Estratégico de Desenvolvimento Nacional, consensual junto dos vários setores da nossa sociedade, devidamente alinhado com os compromissos assumidos com os diferentes parceiros internacionais, com destaque para os indicadores e metas definidos pelo Roteiro para a Implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

Fomos capazes de consolidar a nossa ação governativa, lançando os alicerces de uma administração pública, moderna, progressivamente eficiente e capaz de prestar os diferentes serviços exigidos ao Estado.

Temos sido bem-sucedidos nas negociações internacionais, para o reforço da nossa soberania nas diferentes fronteiras marítimas ou terrestres, com uma recente vitória alcançada nas negociações da Fronteira Marítima com a Austrália, que nos permitem encarar com esperança o grande objetivo nacional de trazer os benefícios da exploração futura do **Greater Sunrise** para a Costa Sul Timorense.

Simultaneamente, e com grande satisfação nossa, temos assistido a uma progressiva e continuada melhoria dos padrões e condições de vida dos Timorenses.

Dizemos, isso porque o salário mínimo aumentou de 85 Usd\$ para 115 Usd\$, porque conseguimos criar em 2015, mais de 63,000 novos empregos, porque o consumo privado

aumentou em 2015 para 900 Milhões de dólares (um aumento de cerca de 160% entre 2004 e 2014) ou porque a esperança de vida dos Timorenses ter aumentado dos 66.2 anos em 2007 para 69.8 registados em 2017, o que certamente revela melhorias nos indicadores da saúde, alimentação ou habitação das famílias e no acesso a serviços públicos de eletricidade, água, saneamento e ambiente.

Conseguimos reduzir a diferença entre ricos e pobres, a qual caiu em 2014 para 10,4%, conseguimos uma crescente democratização dos serviços de telecomunicações ou internet, e temos registado melhores resultados, quando comparados com outros países, por exemplo os nossos congéneres Africanos da CPLP ou do G7+.

Sabemos ainda que temos feito progressos consideráveis no grande esforço nacional de **redução da pobreza**, por exemplo, se utilizarmos *“o indicador internacional de 1,9 dólares norte-americanos por dia, verificamos que a incidência da pobreza extrema caiu em Timor-Leste de 47% em 2007 para 30% em 2014.*

Tudo isto nos leva a encarar o futuro, com redobrada confiança, pois se nos últimos dez anos, com uma taxa média de crescimento acima de 7,3%, conseguimos reduzir a pobreza em 16 pontos percentuais, é legítimo acreditar, que se soubermos manter os índices de crescimento acima dos 2.37% atuais, iremos certamente conseguir reduzir ainda mais 10% o número de pessoas e famílias ainda afetados por este flagelo social.

Sua Excelência, Senhor Presidente do Parlamento Nacional, Distintos Deputados,

Apesar do Estado da Nação, ser promissor e positivo, esta satisfação de números e indicadores, não pode, nem deve nos manter alheios da realidade, que nos mostra muitas preocupações, desafios e dificuldades, ainda por vencer na nossa sociedade.

Por exemplo, já falamos da redução da pobreza ou do aumento dos rendimentos, mas é importante lembrar que cerca de *“42% das pessoas não tem possibilidade de se sustentar”*.

Vemos por isso com preocupação a evolução da **Má Nutrição** diretamente ligada à falta segura de fontes de subsistência, que ainda condicionam o crescimento de 46% das crianças até aos 5 anos de idade.

A falta de rendimentos regulares nas famílias, impedem que muitas crianças Timorenses atinjam a altura e os pesos recomendados para o seu bom crescimento físico ou psicológico, comprometendo assim o seu desenvolvimento intelectual e profissional futuro.

Estes dados são corroborados pelas agências internacionais ou pelo nosso Ministério da Agricultura, que nos indicam que *“36% da nossa população vivem em situação de risco de **insegurança alimentar**”*, com maior incidência nos Municípios de Oecussi, Manufahi e Ermera.

Precisamos, pois, de definir novas prioridades, para uma utilização cuidada, criteriosa e socialmente responsável dos recursos e meios disponíveis.

Precisamos de uma utilização mais sensível para as questões de carência económica e de vulnerabilidade, do Fundo do Petróleo, apesar dos redobrados elogios da comunidade Internacional, que nos coloca em primeiro lugar na Ásia e em terceiro lugar do Mundo, na sua boa gestão.

Podemos ter sido bem-sucedidos na sua rentabilização, de 371 milhões em 2005 para os 16,07 biliões acumulados em 2017, mas não nos devemos entusiasmar demasiado com os resultados obtidos, quando subsistem ainda muitas desigualdades sociais, com milhares de Timorenses a

não conseguirem, ainda, as condições mínimas de bem-estar material e espiritual, prometidas pelos sucessivos governos e pela nossa Constituição.

Sua Excelência, Senhor Presidente do Parlamento Nacional, Distintos Deputados,
Conforme referido na minha tomada de posse, somos um **Governo de Esperança**.

Sabemos que os desafios são reais, sérios e que muitos não podem ser resolvidos facilmente num curto espaço de tempo; mas

Não aceitamos a perda da confiança, nem o medo, pois acreditamos na unidade de objetivos, e no poder mobilizador do nosso programa, reunindo todos os setores da sociedade.

Somos uma Nação Jovem e Grandiosa, mas a grandeza da nossa Alma e Identidade não é um dado adquirido: *tem de ser conquistada a cada geração*.

Chegou a hora de reafirmar o espírito de resistência dos nossos combatentes da libertação nacional, de escolher os melhores exemplos, de evitar a mediocridade procurando a excelência no trabalho e no serviço.

Não podemos aceitar que os nossos cidadãos sejam formados no divertimento sem trabalho, nem aceitamos a busca incessante da riqueza, título, cargo ou posição, em detrimento da carência dos mais necessitados, desfavorecidos ou esquecidos.

Pelo contrário precisamos de pessoas educadas no valor do suor trabalho, no voluntarismo, na solidariedade, na disciplina, no sacrifício e na unidade de ação em favor das grandes causas ou dos objetivos das instituições.

Devemos isto aos nossos antepassados, Heróis e Mártires, Homens e mulheres, Antigos Combatentes, Viúvas e órfãos, que lutaram e se sacrificaram, para que pudéssemos ter uma vida melhor.

Eles viram Timor-Leste acima das ambições pessoais, acima das diferenças do local de nascimento ou condição social.

Este é o rumo para o qual queremos mobilizar novamente o País!

Os nossos cidadãos não são menos dotados ou produtivos que os nossos vizinhos. Nossas mentes não são menos inovadoras, criativas ou engenhosas que os nossos competidores. Os nossos produtos têm qualidade, e muitos podem ser certificados como orgânicos e amigos do ambiente, em mercados de consumo cada vez mais exigentes.

A nossa capacidade não está diminuída, mas o tempo da apatia, da preguiça, do alheamento, dos privilégios, do despesismo, da dependência excessiva e dos gastos supérfluos, tem de acabar!

Temos a nobre tarefa de modernizar Timor-Leste, seguindo os melhores exemplos internacionais de despesas e decisões criteriosas e de combate à corrupção.

Em todo o lado há trabalho a fazer, para quem tem vontade de ser útil e produtivo. A nossa economia, cheia de oportunidades, pede ação, corajosa e rápida.

Vamos por isso implementar quatro **grandes princípios** que guiam a ação governativa e que colaboram na implementação das linhas orientadoras, do programa de Governo que hoje debatemos:

1. Primeiro, o princípio de **Unidade** – estimulando junto dos membros do Governo e das bancadas parlamentares que o sustentam, o *Espírito de Pertença* face a todos os objetivos, tarefas, medidas a adotar e orientações a cumprir. Neste sentido, todos devem contribuir para realizar a visão, do Governo cumprindo a sua missão e objetivos. A responsabilidade não recai apenas nos Titulares de cada pasta, mas em toda a estrutura visto que os assuntos são cada vez mais transversais e interdependentes.
2. Segundo, o princípio de **Objetividade** – estimulando uma gestão criteriosa e ponderada dos recursos do País, orientada para os objetivos e metas a atingir, sem nunca esquecer o principal fundamento da Governação, o qual deve ser, na nossa opinião, a prossecução do interesse público proporcionando o *“Bem-estar material e espiritual a todos os cidadãos”*, conforme previsto no Artigo 6º. Alínea e) da Constituição da RDTL;
3. Terceiro, o princípio de **Coordenação** – estimulando o esforço de comunicação, de integração e de rentabilização de meios, não apenas, dentro dos respetivos setores, mas também, com outros órgãos ou organismos, num verdadeiro espírito de *“Governo Único”*.
4. Quarto, o princípio de **Economia de Meios** – estimulando a poupança e evitando os gastos supérfluos ou desnecessários. Os meios disponíveis são muito limitados e escassos, não chegando para suprir em simultâneo todas as prioridades. Devemos ter consciência, sempre presente, desta realidade, em especial no momento de programar ou realizar despesas, para que estes se adequem aos rendimentos e às receitas do país.

Em resumo, uma **Governação de Resultados**, orientada para os serviços a executar com a qualidade esperada pelos cidadãos. Uma governação que evita ficar refém dos meios ou processos burocráticos excessivos e que procura, com diligência, soluções para os problemas sentidos pelos cidadãos.

Isto tudo implica uma boa gestão orientada para resultados, consciente das promessas efetuadas ao nosso Povo e dos compromissos assumidos com o País e os parceiros de desenvolvimento.

Estamos por isso abertos a críticas, opiniões ou sugestões, construtivas, dos deputados ou da sociedade civil que enriqueçam e o melhorem o documento sem os desvirtuar, pois acreditamos que o Programa que hoje submetemos à apreciação, após aprovação do Parlamento Nacional, se transformará num programa para todos os Timorenses, independentemente das suas convicções político-partidárias.

Sua Excelência, Senhor Presidente do Parlamento Nacional, Distintos Deputados,

Hoje começamos o debate de um Programa de Governo, para a difícil e exigente missão de gerir os destinos do país, organizado em **5 áreas prioritárias** consideradas fundamentais para o nosso futuro:

- **O Capital Social** –a verdadeira riqueza de Timor-Leste, que reunindo um conjunto de cidadãos maioritariamente jovens, mas que conta com a participação e a inclusão de todos: homens e mulheres, crianças, adultos e idosos, viúvas e órfãos, veteranos e antigos combatentes, cidadãos portadores de incapacidades, trabalhadores, empreendedores, empresários e investidores, *“sem nunca deixar ninguém para trás”*.

Um capital Social que não se limita apenas aos cerca de um milhão e duzentos mil Timorenses presentes no país, mas que se estende pelas nossas Comunidades Residentes no Exterior, aumentando assim o potencial de intercâmbios nos cinco continentes.

Um capital social que desejamos instruído, capacitado, competente, qualificado, saudável, e a quem facilitamos um pacote de medidas de bem-estar para maximizar e seu potencial.

- **As Infraestruturas** – são um pilar central do nosso plano de desenvolvimento estratégico, por serem cruciais ao desenvolvimento económico e social, em especial para sustentar as atividades produtivas, contribuindo para a criação de emprego, diversificação da economia e para o desenvolvimento do setor privado.

São também um enorme desafio orçamental, consumindo enormes recursos financeiros, (com destaque para os grandes projetos) os quais exigem um grande rigor no planeamento, monitorização, inspeção, fiscalização e avaliação dos diferentes projetos, para garantir a sua concretização eficaz, eficiente, com qualidade bem como a sua boa utilização, conservação, manutenção ou relação entre os custos e benefícios multiplicadores do desenvolvimento.

Não se pode atingir os grandes objetivos e metas do Programa do Governo, na: pobreza, má nutrição, autossuficiência alimentar, saúde, educação, serviços básicos de água, saneamento, eletricidade, comunicações, transportes, energia, setores produtivos, descentralização ou coesão territorial, sem uma infraestrutura de serviços básicos que estimule e encoraje o desenvolvimento.

- **O Desenvolvimento da Economia** – apesar de sermos um país com grandes oportunidades económicas e um grande potencial no desenvolvimento dos seus recursos, ainda não conseguimos os resultados esperados na diversificação da economia, no reforço do setor privado, na coesão territorial e no aparecimento de diferentes polos de desenvolvimento capazes de impulsionar o desenvolvimento.

Temos de criar e estimular um ambiente seguro e de segurança favorável para atrair novos negócios e investimentos no setor privado nacional e internacional. Para isso vamos apostar em três indústrias essenciais: a agricultura (incluindo a pecuária, as florestas e as pescas), o turismo e o petróleo, aproveitando, em especial as potencialidades naturais, geográficas ou culturais, ao nosso dispor, capazes de mitigar a nossa dependência das receitas petrolíferas.

Vamos por isso estimular a criatividade, a inovação, o empreendedorismo ou autoemprego, de forma aumentar as oportunidades de rendimento e a melhorar: a nossa produtividade, capacidade de gerar riqueza e de estabelecer novos mercados/campos de trabalho.

- **Consolidação Governativa** – temos como grande objetivo incentivar o aparecimento de 60,000 novos empregos por ano, com uma previsão de 300,000 acumulados em 2021. Queremos reduzir, como já referimos, a pobreza em 10% e manter uma taxa de crescimento acima dos 7%, com elevada contribuição dos setores privados e produtivos, viabilizando assim a sustentabilidade fiscal.

Queremos ainda estimular o aparecimento de poupanças, com excedentes necessários para a diversificação do setor financeiro e o aparecimento de novas instituições bancárias, financeiras, de microcrédito, seguradoras ou uniões/cooperativas de crédito, essenciais para financiar a iniciativa privada, garantir empréstimos ou assegurar investimentos.

Vamos ainda reformar a gestão das finanças públicas, de modo: a aumentar e a diversificar as receitas do Estado, a melhorar o aprovisionamento, a fortalecer a descentralização financeira, a orçamentação com base em programas e a promover a transparência e responsabilidade na política fiscal, entre outros.

- **Boa Governação e o Combate à Corrupção** – são condições essenciais para a prestação de serviços e para implementação das políticas e ações enunciadas nas grandes opções do plano e no programa de Governo.

Queremos aumentar a confiança na governação, através de melhores mecanismos de avaliação de resultados e desempenho, promovendo uma maior comunicação com os utentes, uma maior colaboração com os grupos de cidadãos e organizações da sociedade civil e uma maior transparência na execução orçamental, em especial nos projetos de grande envergadura.

Vamos ser rigorosos para conosco, os membros do Governo e responsáveis da administração pública, mas também com todos aqueles que direta ou indiretamente beneficiam dos recursos e subvenções do Estado, ou utilizam os bens e equipamentos facilitados pelos serviços públicos (de eletricidade, água, transportes, comunicações, entre outros) para fomentar a boa utilização, manutenção ou conservação, evitando o desperísimo, os gastos supérfluos ou danos à propriedade pública.

Sua Excelência, Senhor Presidente do Parlamento Nacional, Distintos Deputados,

De acordo com o Plano Estratégico de Desenvolvimento Nacional (PEDN), entramos no ano de 2016 na execução da sua segunda fase, a qual decorre até ao ano de 2020, durante a vigência do nosso mandato governamental.

De acordo com esta fase de desenvolvimento, teremos de dar prioridade ao desenvolvimento das infraestruturas, melhorar os recursos humanos e aumentar a competitividade da nossa economia, de modo a estabelecer as bases que irão permitir alcançar em 2030, a erradicação da pobreza, o reforço do setor privado e cooperativo e a diversificação e modernização da nossa economia.

Iremos por isso, **Prosseguir com o Desenvolvimento do Capital Social**, investindo no acesso, na formação profissional e na qualidade dos serviços prestados, na educação, na saúde, na inclusão social, nas atividades artísticas, culturais, religiosas ou desportivas, de modo a proporcionar às nossas crianças, jovens, adultos ou idosos, mulheres e homens, planos de vidas saudáveis, produtivos a nível académico ou profissional, com habitação condigna para o estabelecimento de *Famílias Fortes e para a construção de uma Nação cada vez mais Forte!*

Na Educação e Formação iremos ser mais sensíveis à necessidade de atribuir, individualmente, a cada estudante, os livros necessários para a sua aprendizagem; mais sensíveis às necessidades especiais dos grupos mais carenciados e vulneráveis, na atribuição de apoios ou bolsas; mais sensíveis a questões de saúde escolar, que garantam, por exemplo, a boa imunização de todos os alunos e um ambiente saudável nas escolas.

Iremos também, continuar a nossa luta para evitar o ingresso tardio nas escolas (*apenas 63% da população tiveram acesso à educação e formação em 2015*), para evitar o abandono precoce (a

taxa de casas com pelo menos 1 criança que não frequenta a escola caiu para 17%, em 2014 comparado com os 42% de 2007 enquanto que a taxa com crianças acima dos 5 anos que não frequentam a escola caiu dos 17% em 2007 para os 13% em 2014), para combater o absentismo, para aconselhar os nossos jovens evitando as gravidezes indesejadas, para erradicar a violência nos estabelecimentos escolares.

Sabemos que as taxas de ingresso no Ensino Pré-Escolar (*Taxa atendimento pré-primário melhorou para 6.7% em 2015 comparado com, os 3.7% de 2010*), no Ensino Básico (*Taxa de atendimento no ensino primário aumentou dos 65,6% de 2007 para 91.1% de 2015*) ou Secundário melhoraram consideravelmente, mas isto não elimina ainda as diferenças registadas na qualidade de serviços prestados (*nas bibliotecas, laboratórios, nas cozinhas ou cantinas de merenda escolar, nos serviços administrativos, na segurança, na higiene e meio ambiente, no enriquecimento curricular, na aquisição de competências técnicas, na ligação às redes de comunicação, nas casas de professores ou dormitórios par os alunos deslocados, entre outros*) que ainda se regista entre as áreas rurais e urbanas, ou entre as escolas centrais e as respetivas filiais.

Para isto vamos investir mais na promoção do espírito de pertença da comunidade educativa, estimulando o bom funcionamento, responsabilidade partilhada e a contribuição das associações de professores, alunos e pais, na implementação da disciplina e na boa gestão de infraestruturas e equipamentos, para garantir a uma utilização, conservação e manutenção criteriosa de recursos e meios.

Vamos também reforçar o investimento na boa formação de professores, em especial na formação de base (*com especial atenção para os Estabelecimentos de formação de raiz e as Faculdades de Educação*), nos processos de seleção e recrutamento, na colocação e transferências de acordo com os quadros orgânicos de cada estabelecimento de ensino e com a garantia de uma formação contínua (*com especial atenção para o INFORDEPE e para as oportunidades de formação financiadas pelo FDCH - Fundo de Desenvolvimento de Capital Humano*), que garanta a atualização e adaptação de competências às novas realidades da educação. *Colocar a pessoa certa no lugar certo, de acordo com a vocação de cada docente!*

Para além dos investimentos projetados para a Cidade Universitária em Aileu ou o Campus Universitário de Hera ou para a recuperação, reabilitação e construção de novas infraestruturas ou equipamentos escolares, pretendemos continuar a dar resposta à necessidade de melhores capacidades, habilitações e competências técnicas e profissionais exigidas pelo mercado de trabalho, pelas empresas e pelos investidores, fomentando o aparecimento de Jovens cada vez mais preparados para um Mundo cada vez mais Globalizado e competitivo.

Neste sentido iremos continuar a aposta na transformação de escolas secundárias gerais em ensino técnico-vocacional (*com mais ambição do que os 3,000 alunos previstos no PEDN*), que garanta a capacitação e formação dos alunos, de acordo com o potencial económico de cada localidade e com as necessidades de desenvolvimento registadas no mercado de trabalho ou nas empresas. Uma rede de escolas secundárias complementadas com cinco institutos politécnicos superiores nas áreas da engenharia, indústria petrolífera, serviços, turismo e hotelaria, agricultura ou academia de pescas e estudos marinhos, e que garanta uma verdadeira alternativa ao ensino superior geral (*10% da população com acesso ao ensino superior, comparado com os 5% de 2010*), com menos probabilidades de procura no mercado de trabalho.

No ensino recorrente, vamos continuar a apostar na aquisição de conhecimentos e competências ao longo da vida, revitalizando o programa de pós-alfabetização, e dinamizando e expandindo os centros comunitários de aprendizagem, de modo a qua nenhum cidadão seja

deixado para trás ou esquecido, garantindo que cada jovem ou adulto tenha acesso a um plano de vida que lhe garanta a esperança de realizar os seus sonhos, familiares, académicos ou profissionais.

Na Saúde: temos efetuado progressos muito significativos nos diferentes indicadores, com destaque para: na mortalidade das Mães (que caiu para 270 em 2015, em relação aos 450 registados em 2007); a mortalidade infantil (que caiu dos 60% em 2007 para 45% em 2015); a imunização até ao 1 ano de idade (melhorou para 74% em 2015, comparado com os 63% de 2007); o atendimento de casos durante o parto, por profissionais de saúde (melhorou para 57,7% em 2015 comparado com os 19% de 2007); a incidência da malária (baixou para 2,7% em 2015 comparado com os 20,6% de 2007) ou na deteção da tuberculose (melhorou para 90%).

Completamos ainda as promessas previstas no PEDN, com a colocação de médicos, parteiras e enfermeiras em cada suco ou posto de saúde, ou com o estabelecimento de 4 hospitais de referência: em Oecusse, Maliana, Maubisse ou Baucau.

Mas, ainda há muito trabalho a fazer para implementar na totalidade o Plano Estratégico de Saúde Nacional em especial na melhoria dos níveis de qualidade e de satisfação dos utentes, nos serviços: de atendimento, transporte de doentes, acesso e aprovisionamento de medicamentos, meios complementares de diagnóstico, registo, arquivo e digitalização de processos, comunicações e ligação entre os serviços locais, centrais e regionais, aproveitando as linhas de transmissão da EDSL e a fibra ótica que irá ligar os organismos do Estado.

Vamos melhorar a prestação de cuidados de saúde em todo o país, com especial atenção para as áreas remotas e para os grupos mais carenciados, vulneráveis e desfavorecidos, contribuindo para os princípios de inclusão, equidade, eficiência e qualidade que norteiam o Governo.

Queremos melhorar os sistemas de financiamento e gestão de recursos, continuar com os esforços de descentralização dos serviços, melhorar a coordenação intersectorial, rever e melhorar a estrutura do sistema nacional de saúde, assegurar um melhor funcionamento do Serviço Autónomo de Equipamentos de Saúde (SAMES), assegurar melhores serviços de emergência e estabelecer parcerias com o setor privado ou organizações não governamentais, para alcançar um *“Timor-Leste cada vez mais Saudável”*

Queremos otimizar os recursos materiais e humanos, investindo na formação, capacitação e avaliação do desempenho, para melhorar as condições de higiene e desinfetação de todos os edifícios de prestação de cuidados de saúde.

Iremos intensificar as nossas parcerias de cooperação, de modo a garantir a diversificação progressivamente holística, dos cuidados em território nacional, com destaque para os serviços de oncologia, hemodiálise e de diagnósticos complementares em favor de um Hospital Nacional Guido Valadares *“de qualidade Mundial,”* como refere o nosso plano estratégico (PEDN)

Desejamos reduzir a necessidade de referências para o estrangeiro, mas também garantir uma maior participação do setor privado encorajando o aparecimento de unidades e hospitais não governamentais, que complementem e aumentem a oferta do Estado.

Temos a esperança de facilitar, um ambiente de negócios favorável ao aparecimento de indústrias no setor do medicamento e da saúde e de elevar a qualidade da formação da UNTL ou dos estágios nos Hospitais, de modo a atrair estudantes, formandos e profissionais da zona da Ásia-Pacífico para estudar, lecionar ou trabalhar em Timor-Leste.

Na Inclusão Social: anualmente atribuímos 120 Milhões em medidas de assistência social, vocacionadas para os cidadãos mais carenciados, vulneráveis e desfavorecidos, apoiando 27,651 veteranos com pensões mensais; 51,759 famílias com o subsídio condicional Bolsa da Mãe; e 94,723 com o subsídio a idosos e a cidadãos incapacitados.

Prestamos ainda dar apoio a vítimas de abandono, negligência, violência, abusos, crimes (*incesto, sexuais*) ou que sofreram casos de desastres naturais, através de programas de apoio na habitação social, na atribuição de artigos de primeira necessidade, alimentares ou alojamentos (temporários e permanentes) e materiais de construção.

Vamos continuar a investir nesta política que pretende “*chegar primeiro aos que ficam para trás*” e que estão em maior risco de pobreza, de má nutrição, de marginalidade ou delinquência, através de instrumentos que lhes restituam a dignidade e que contribuam para os retirar do estado de fragilidade a que estão votados.

Continuar a melhorar as redes de segurança social, com a sinalização, processamento e referência dos casos mais graves, para apoios mais rápidos, menos burocráticos e eficazes. Rever a orgânica dos serviços de assistência social e mapas de pessoal correspondentes, criar melhores condições para a ligação dos serviços e coordenação com entidades externas (*em especial nas participações criminais*), reforçar as linhas de referência e emergência, alargar as redes de apoio sob a coordenação dos centros de solidariedade social já existentes e alargar progressivamente os apoios dos regimes contributivos de segurança social, garantindo a sustentabilidade futura.

Temos ainda, de apostar mais no movimento associativo e nas parcerias com instituições de solidariedade social, as quais podem prestar valiosos serviços nas áreas com menos disponibilidades do Estado. Serviços nos cuidados de saúde paliativos e de apoio a pessoas incapazes ou portadoras de doenças incapacitantes, no domicílio; nos serviços de reabilitação física, psíquica ou motora; nas residências para idosos e centros de dia comunitários, para acolhimento e interligação na formação de crianças, jovens e adultos; no transporte de doentes, ou na proteção do meio ambiente.

Para os Combatentes da Libertação Nacional, queremos consolidar e reforçar o papel dos Conselhos de Veteranos, garantindo uma maior participação e um melhor apoio às suas iniciativas (*associações, cooperativas, grupos de cidadania, micro ou médios negócios*) na sociedade Timorense.

Queremos continuar a implementar as políticas de valorização, reconhecimento, preservação e celebração da Memória dos Antigos Combatentes da Libertação Nacional (*cemitérios, jardins de Heróis, Monumentos*), fazendo um esforço para completar a recolha dos restos mortais dos Heróis e Mártires, resolvendo simultaneamente as questões pendentes de pensões e prestações pecuniárias.

Ambicionamos ainda estabelecer um Fundo de Investimento, que além de estimular oportunidades de negócio autossustentáveis, possa assegurar a sustentabilidade dos apoios sociais futuros.

Para as Mulheres (cerca de 49,2% da população), vamos continuar a responder aos anseios das nossas cidadãs que desejam ser cada vez mais ativas e participativas no processo de desenvolvimento do nosso País.

Iremos por isso continuar a apostar no seu potencial, na implementação da *Política Nacional de Igualdade do Género, dos Planos de Ação (Contra a Violência Baseada no Género ou sobre as Mulheres, Paz e Segurança), campanhas ou programas* e num planeamento ou orçamentação, mais sensível a questões de género, de forma a garantir a igualdade de direitos e obrigações em todos os domínios da vida familiar, académica (com cerca de 47% dos estudantes femininos registados em 2015, com maior incidência comparativa no ensino primário e não formal), cultural, social, económica ou política (o Parlamento Nacional tem 39% de representação feminina).

Na Cultura e Património – vamos continuar a valorizar as diversas expressões artísticas, como forma pacífica e construtiva de desenvolver a personalidade, a cidadania e o carácter dos cidadãos, promovendo uma sociedade mais voluntária, solidária e tolerante.

Vamos ainda promover e salvaguardar o património e a herança cultural como expressões da identidade nacional, potenciando o seu valor na sociedade e na economia, em especial no desenvolvimento de Timor-Leste como destino Turístico, Cultural e Religioso.

Vamos para o efeito promover a construção do Museu e Centro cultural de Dili, de uma Biblioteca Nacional, estabelecer academias de artes, culturas e indústrias criativas, estabelecer centros culturais regionais ou municipais, promover a construção de pavilhões multiusos (partilhados com as atividades desportivas), criar companhias de teatro ou dança, e estimular o intercâmbio cultural, a nível nacional e internacional, em especial nos eventos de iniciativas da sociedade civil.

Temos também de saber aproveitar os diferentes instrumentos disponíveis, de forma inovadora e criativa, evitando assim o recurso sistemático aos meios do Estado e a duplicações desnecessárias.

Existem diferentes opções, bilaterais, multilaterais, de cidadania individuais e não governamentais para multiplicar os trabalhos na internet, em línguas oficiais, nacionais ou de trabalho, nas redes sociais e em todo o Mundo, sobre: *o nosso artesanato, nossa ourivesaria, nossos Tais, nossas canções e danças, nossos instrumentos musicais, nossa gastronomia, nossas estórias infantis e a nossa História* de um passado glorioso, com o raiar de um futuro brilhante no horizonte.

Na Juventude – somos um país jovem onde mais de 50% da população possui menos de 20 anos de idade, os quais exigem melhores oportunidades de ensino, formação, capacitação e aquisição de conhecimentos ou competências necessárias para a implementação de vidas, cada vez mais ativas, produtivas e participativas para o desenvolvimento individual ou coletivo da Nação.

Não é mais admissível continuar com a atual situação onde faltam as oportunidades de trabalho, abunda o desemprego e se obriga a Juventude a imigrar (para a Irlanda do Norte, Austrália, Portugal ou Coreia do Sul, etc.), em busca de melhores condições de vida.

Temos a obrigação moral e o dever de responder às aspirações da Juventude, com uma mensagem de Fé e de Esperança no futuro, sob o lema de dotar “*cada Cidadão com um Plano de Vida*”, com orientações claras e aconselhamento adequado sobre as diferentes oportunidades, ao seu dispor, apoiando em especial as iniciativas de: empreendedorismo, autoemprego, núcleos de criação de empresas nas universidades e candidaturas a fundos ou apoios a nível nacional ou internacional.

Serão ainda encorajadas as medidas transversais de utilização dos pavilhões multiusos a nível municipal ou regional e que permitam a expressão artística, religiosa ou desportiva da juventude, nomeadamente, através, do Parlamento da Juventude, de grupos de cidadania, associações, ou clubes, conforme previsto na *Política Nacional da Juventude*.

No Desporto – vamos continuar a apostar nas iniciativas ligadas a organizações, associações, clubes ou federações, com especiais responsabilidades na organização ou participação de competições desportivas (*nacionais ou internacionais, bilaterais ou multilaterais, com destaque para os compromissos a nível olímpico, regional, da ASEAN e da CPLP*).

Dar ainda especial atenção para a consolidação, capacitação, formação e sustentabilidade da gestão ou financiamento das ligas amadoras para as diferentes modalidades desportivas (como o Futebol, basquetebol, voleibol, artes marciais, etc.).

Vamos ainda promover a coordenação institucional, promovendo iniciativas transversais de utilização e aproveitamento de recursos (*por exemplo na gestão de pavilhões multiusos e outras infraestruturas desportivas a nível municipal, regional ou nacional*), no âmbito do desporto comunitário, escolar, desporto para a saúde ou de promoção de atividades artísticas, culturais ou de valorização do património.

Nas Tecnologias de Informação e Comunicação – temos conseguido grandes progressos a nível da democratização das comunicações, liberalização dos telefones, acesso à internet e às novas tecnologias de informação.

Pretendemos promover um Governo cada vez mais moderno, eletrónico e próximo, mais simples, menos burocrático e acessível aos cidadãos, através das diversas plataformas multimédia disponíveis.

Para isso, vamos continuar a apostar na ligação eletrónica dos serviços públicos (*com bases de dados, progressivamente integradas, coordenadas e interligadas na filosofia de Governo Único ou de One-stop-shop*), aproveitando os *603 km de linhas de transmissão da EDTL*, que irão ligar os serviços públicos através da fibra ótica.

Desejamos ainda promover um ambiente de negócios favorável ao estabelecimento de novas empresas com produtos disponibilizados através das redes sociais, quer a nível interno, quer a nível externo, contribuindo para o esforço de internacionalização da economia.

Na Comunicação Social – temos dado passos muito importantes para garantir uma imprensa, moderna, profissional, credível e livre, de acordo com as melhores práticas internacionais, garantindo o acesso às fontes de informação, à liberdade editorial, à proteção da independência, ao sigilo profissional e ao direito de criar jornais, publicações e outros meios de difusão.

Esta Liberdade de Imprensa e dos Meios de Comunicação tem-se apoiado numa política, em curso, de progressiva regulamentação do setor através do estabelecimento de um órgão regulador independente – o Conselho de Imprensa - que garanta a deontologia dos diversos intervenientes.

Queremos ainda consolidar e reforçar a Agência Nacional de Notícias, TATOLI; o desenvolvimento e expansão das RTTL (*incluindo a melhoria de infraestruturas e equipamentos*); a formação de jornalistas (*com sensibilidade para questões e participação do género*); a

diversificação, desenvolvimento e expansão do setor, com especial atenção para as rádios comunitárias e para a cooperação intersectorial e internacional.

Na Religião – o Governo irá continuar a apoiar e a colaborar com as diferentes instituições e confissões religiosas, incentivando a realização de iniciativas que promovam a formação de carácter moral, ético e religioso que promova a edificação de uma cidadania mais voluntária, solidária e tolerante, condições fundamentais para o desenvolvimento harmonioso das famílias, comunidades e da sociedade.

Queremos ainda aprofundar as parcerias de cooperação estabelecidas na educação, saúde, paz e justiça, no âmbito da Resolução do Parlamento Nacional (18/2015 de 11 de Novembro) que ratifica o acordo com a Santa Sé, e reconhece o papel da Igreja Católica na Sociedade Timorense.

Na Sociedade Civil – pretendemos promover uma cidadania mais informada, ativa e participativa dos cidadãos, conforme previsto nos objetivos do Estado (Artigo 6º. da Constituição), no desenvolvimento e resolução das principais questões de interesse nacional.

Neste sentido iremos encorajar o aparecimento e consolidação de organizações não governamentais da cidadania (grupos, associações ou fundações), especializadas nos diversos setores de atividades, e que estejam disponíveis para estabelecer parcerias, na: elaboração de políticas e programas, ou na monitorização, acompanhamento e fiscalização das atividades governativas, promovendo o compromisso de informação, transparência e fiscalização (auditoria social) por nós assumido.

Na Habitação – temos feito grandes progressos nos últimos anos, com um registo em 2015 de “38% das casas a utilizar paredes de blocos, 76% com telhados de zinco e mais de 48% a utilizar azulejos ou cimento”. Realizamos ainda um grande esforço na construção de casas sociais no âmbito das Casas MDGs e dos programas de formação do SEPFOPE.

Apesar destes indicadores serem favoráveis, ainda há um grande trabalho a realizar de modo a proporcionar a todos os Timorenses, em especial os mais carenciados, vulneráveis e desfavorecidos, habitações condignas, “com dimensão adequada à respetiva família, em condições de higiene e conforto, que preserve a intimidade pessoal e a privacidade”.

Iremos promover em cada Município ou Região, um Plano Diretor, para distinguir as áreas de reserva ecológica ou agrícola e as áreas urbanas, o que irá possibilitar definir os planos de pormenor urbano com a programação dos respetivos equipamentos ou infraestruturas de apoio e a ligação das casas e edifícios aos serviços básicos de: abastecimento de água, saneamento, eletricidade e comunicações.

Para este Governo não é admissível continuar a licenciar projetos ou construções, sem as necessárias ligações aos serviços básicos. Igualmente não aceitamos discriminar pequenos ou grandes projetos, pelo que inaugurar uma casa social de uma família carenciada ou inaugurar uma pequena ou média empresa de um empreendedor Timorense, tem para nós o mesmo valor e direitos, a receber os serviços públicos do Estado.

Simultaneamente, não faz sentido, continuar a construir cidades e empreendimentos sem ordenamento, sob pena de não termos acesso a estradas, transportes, abastecimentos ou comunicações necessárias às nossas vidas, às nossas atividades.

Segundo, iremos **Prosseguir com o Desenvolvimento das infraestruturas**, investindo não apenas na construção de estradas, pontes, portos, aeroportos, mas também na boa utilização, conservação, manutenção e reparação atempada, de modo a garantir que os prazos para a sua utilização no tempo são cumpridos e se possível, estendidos devido à nossa boa monitorização e acompanhamento.

“As infraestruturas são cruciais ao desenvolvimento económico e social, sendo que a escala e os custos associados à implementação de uma rede infraestrutural [foram gastos 3,062 biliões em capital de desenvolvimento entre 2007 e 2017], são um enorme desafio que permitirá sustentar a produtividade, a criação de emprego e o desenvolvimento do setor privado ao nível nacional.

Por esta razão, o planeamento, orçamentação, monitorização e avaliação são parte essencial desta estratégia. Assim, a curto-prazo, o Governo irá fazer um levantamento detalhado de todas as infraestruturas e projetos em curso, para reavaliação, correção e reestruturação do plano de infraestruturas, combatendo as assimetrias e colmatando as muitas lacunas ainda existentes no país.

Vamos também exigir mais profissionalismo aos recursos humanos e às empresas contratadas neste setor, para obter melhores resultados no planeamento, monitorização, inspeção e fiscalização e também maior qualidade, sustentabilidade e ponderação dos custos-benefícios.

Contamos nesta missão implementar uma estreita colaboração com as organizações especializadas de auditoria social, existentes na sociedade civil.

Face ao exposto iremos continuar a investir num plano de infraestruturas orientado para a mobilidade (*rede rodoviária, transportes*), para o bem-estar dos cidadãos (*água, saneamento, eletricidade, telecomunicações*), para a prestação de serviços (*energias, meteorologia, serviços postais*), para o estabelecimento de um **Timor-Leste: Moderno, Desenvolvido e Próspero!**

Na Rede Rodoviária – investimos, nos últimos anos cerca de 600 milhões em construção ou reabilitação de estradas (*1,446 km estradas nacionais e 3,306 km estradas rurais*). Apostamos numa rede viária transversal que liga Com a Motain, Timor-Leste ao Timor Ocidental e a Oecusse. Ligamos ainda a costa Sul por autoestrada, preparando a receção e o apoio às grandes infraestruturas do setor do Petróleo. Apostamos nas ligações entre a Costa Norte e Costa Sul, através dos corredores de Manatuto a Natarbora, Dili a Same ou de Ainaro. Terminamos ainda os acessos que nos ligam ao futuro Porto de Tibar ou à cidade de Fronteira de Maliana. Construimos e reabilitamos 438 pontes.

Vamos continuar com este grande desígnio nacional de construir ou reabilitar as estradas necessárias ao nosso desenvolvimento, não apenas as nacionais, autoestradas ou circunvalações, mas também aquelas estradas rurais ou municipais, consideradas essenciais para a mobilidade de pessoas e bens e para o escoamento dos produtos da nossa economia.

Na Água e Saneamento Básico - vamos continuar a investir no acesso ao abastecimento de água potável e saneamento, generalizado, seguro e sustentável, não apenas a nível urbano, mas

também e progressivamente a nível rural, pois acreditamos que estes serviços são essenciais a todas as famílias, contribuindo para o seu crescimento saudável e harmonioso.

Segundo estimativas de 2015 cerca de 78,5% das casas possuem acesso a água e saneamento, beneficiando 49% da população. Não estamos conformados com estes números. Queremos e iremos fazer melhor, implementando Planos Diretores para a Água e Saneamento nos Municípios, Regiões e na Capital em Dili (*incluindo a drenagem e a recolha, tratamento e eliminação de esgotos*), reforçando a aposta na construção de uma estação de tratamento de resíduos (urbanos, industriais e perigosos) em Tibar e a criação de um Laboratório Nacional de Resíduos.

Vamos ainda continuar o esforço de melhoria da coordenação e gestão de recursos hídricos, interligando-os, sempre que possível com outros setores (*por exemplo na energia ou agricultura*) promovendo para o efeito a identificação de novas fontes ou nascentes, o armazenamento (incluindo águas pluviais) e a distribuição de água potável, para benefício dos agregados familiares e dos principais serviços do Estado (com destaque para o abastecimento de estabelecimentos de ensino e de saúde), melhorando a capacidade de resistência à seca e às mudanças climáticas.

Vamos continuar a responder ao crescente consumo doméstico, mas também ao consumo industrial ou às necessidades de irrigação de campos agrícolas, como já acontece por exemplo em Bulutu, Bebui ou Laleia.

Em suma atuar no setor da água e saneamento, numa **Filosofia de 3 R's: "Reaproveitamento, Reutilização e Reciclagem"**.

Nas Energias - Vamos completar o nosso investimento na distribuição de eletricidade e de diversificação de fontes de energia (seguindo o exemplo das mini-hídricas em Guariwai, Loihunu e Dare Ainara e do programa de painéis solares para localidades isoladas), de modo a garantir fontes de abastecimento mais baratas, limpas e sustentáveis (por exemplo adaptando as centrais elétricas de óleo pesado, para a utilização do gás natural do Greater Sunrise, com menores emissões de carbono).

Foram investidos 1,2 biliões no setor da eletricidade (cerca de 85 milhões anuais), o que nos garantiu um serviço de 24 horas diárias a cerca de 83% da população. Construímos 4 centrais elétricas em Hera, Betano, Comoro e Oecussi com 300 MW de potência, e em todo este investimento demos prioridade aos Veteranos e às suas organizações para liderar a construção destas infraestruturas.

Esperamos completar os 603 km de linhas de transmissão, as quais irão ser também utilizadas para ligar o País por fibra ótica através de 9 subestações.

Vamos completar a modernização das nossas redes de média e baixa tensão, garantindo aos nossos consumidores, melhor cobertura, mais estável e segura.

Já chegamos a 104,229 casas, mas pretendemos chegar à totalidade dos agregados familiares Timorenses, e nos lugares onde isto não for tecnicamente possível, contamos em garantir fontes de energia alternativas (gás natural, eólica, hidroelétrica, biomassa) como já acontece com os painéis de energia solares instalados em 23,000 casas e nos postos de fronteira terrestres.

Nos Transportes – este setor é considerado essencial não apenas para a mobilidade de pessoas e bens, mas também para o cumprimento de vários objetivos transversais ao nosso programa de desenvolvimento, o que justifica a implementação de um *Plano Diretor Integrado para o Setor dos transportes*.

Neste sentido, iremos implementar um novo *sistema de gestão de mobilidades* nas áreas urbanas estabelecendo Terminais de Transporte Integrados combinando sempre que possível no mesmo espaço (*one-stop-shop*) diferentes serviços entre operadores públicos e privados de transportes (de autocarros interurbanos, microlets urbanas, táxis, transportes de mercadorias, etc.), e serviços comerciais (mercado municipal, lojas comerciais, serviços públicos de comunicações, bancários, outros).

Queremos que os Terminais de Transporte Integrados e Combinados, se transformem em verdadeiros polos de desenvolvimento urbano ligando *movimentos intermodais* (serviços rodoviários com os portos marítimos de Dili, Tibar ou Oecusse e os aeroportos de Dili, Suai ou Oecusse) a *oportunidades de desenvolvimento económico* como acontece nos melhores exemplos internacionais.

Vamos continuar a investir na modernização e qualidade dos transportes públicos, com especial atenção para o seu conforto, eficiência e segurança dos respetivos equipamentos.

Simultaneamente iremos expandir a oferta portuária, construindo novos equipamentos no Suai, Com, Ataúro, Kairabela, Vemasse, Manatuto e uma Marina junto ao Porto de Cruzeiros em Dili, o que irá contribuir para a nossa redobrada aposta no Turismo, nas vertentes de recreio e lazer, aventura, pesca desportiva ou simplesmente para apoio ao desenvolvimento do setor das pescas ou ao transporte alternativo de mercadorias.

Queremos criar uma rede de transportes marítimos, com diferentes operadores no transporte de passageiros, de mercadorias ou produtos frescos, recuperando a nossa experiência histórica das “barcaças” (*meio de fácil acostamento*) devidamente adaptadas e atualizadas ao nosso tempo. Temos de saber tirar proveito da nossa condição insular, que coloca à nossa disposição a via marítima como uma linha de “mobilidade de excelência”.

Na Meteorologia – temos de programar o estabelecimento de um laboratório de meteorologia, devidamente interligado e coordenado com os operadores de transportes (aéreos, marítimos ou terrestres) e com as forças ou serviços de segurança que integram a Proteção Civil nacional e internacional/regional (*em especial com os nossos vizinhos*).

Precisamos desenvolver um sistema integrado que nos garanta a prevenção, preparação e acionamento de meios ou recursos de socorro a vítimas durante a ocorrência de fenómenos, desastres ou calamidades a nível meteorológico.

Nas Telecomunicações – conseguimos grandes progressos na democratização do acesso a serviços móveis de telefone, com uma cobertura de 81% registada em 2015 e alargada para os atuais 96% de cobertura das áreas populacionais.

Também o acesso ao serviço de dados 3G e 4G tem aumentado, estando agora disponível em todas as sedes de Município e Regiões.

Temos ainda trabalho a fazer para garantir o combate à infoexclusão nas áreas isoladas ou rurais.

Brevemente iremos expandir a oferta através da ligação em fibra ótica dos serviços da administração pública (*com destaque e prioridade para a Educação e a Saúde*), utilizando as redes de transmissão da ECTL.

Continuamos a apostar nas tecnologias de informação e comunicação para alcançar vários objetivos transversais do nosso programa de desenvolvimento, nomeadamente: na implementação do Governo Eletrónico (mais simples, mais próximo, rápido, eficaz, eficiente e consequentemente menos burocrático); para fomento de uma economia digital (com novos serviços de banda larga, televisão digital terrestre e/ou produtos disponibilizados online, estimulando os negócios do setor privado e exportador); e para garantir uma estrutura adequada de segurança cibernética.

Continuar a investir nas linhas digitais, nas tecnologias de comunicações, na fibra ótica de acesso à internet, transformando o País e a nossa Capital Dili, num verdadeiro “*Centro de Aprendizagem e Novas Tecnologias*”.

No Serviço Postal – temos de seguir os melhores exemplos internacionais (*por exemplo da Austrália ou Portugal*), onde os serviços postais implementam, há muitos anos, uma filosofia de *one-stop-shop* combinando as vantagens tradicionais dos correios: na entrega de correspondência, livros, publicações e outros tipos de encomendas, com as novas oportunidades relacionadas aos serviços financeiros: nomeadamente na cobrança de taxas de serviços públicos, no pagamento de pensões ou subsídios, na transferência de fundos, ou na promoção de poupanças individuais (*certificados de aforro*).

Vamos para isso desenvolver e modernizar os Correios de Timor-Leste, tornando os serviços mais eficientes, céleres e acessíveis, combinando-os sempre que possível, a outros serviços públicos do Estado, numa perspetiva transversal e de rentabilização de recursos e meios.

Terceiro iremos **Prosseguir com o Desenvolvimento da Economia**: de modo a garantir:

- uma média de crescimento económico elevada (**7.3%** registada entre 2007 e 2015, mas quando avaliamos os períodos não eleitorais como entre 2008 e 2011 subimos para os dois dígitos no valor de **11%** ao ano. Note-se que em época de impasse político, o valor caiu para **2,37%** em 2017),
- combinada com níveis de inflação reduzidos (*abaixo dos 2,5% previstos para 2019*),
- que facilitem o desígnio nacional de criação de empregos, (*de pelo menos 60,000 ao ano, como registado em 2015*) auto emprego, empreendedorismo, ou inovação; e
- que permitam uma progressão sustentada dos rendimentos (cuja *Média de rendimentos – no setor não petrolífero – já aumentou de 732 Usd\$ em 2008 para 1,174 em 2015*).

Queremos continuar a facilitar um ambiente favorável aos negócios e ao desenvolvimento do setor privado, atraindo novos investimentos de grande envergadura (*como o Timor Plaza ou a fábrica de cervejas Heineken*) e novas parcerias público privadas (*como o Porto Tibar ou a TL Cement*) em áreas estratégicas para o nosso desenvolvimento sustentado.

Temos de estimular o alargamento e a diversificação do Setor Privado na economia, até agora demasiado dependente da ação da administração pública (*46% do crescimento ocorrido entre 2010 e 2015*), ou do setor da construção (*24% do crescimento no mesmo período*).

Desejamos ainda estimular o consumo interno (*o qual registou um aumento de 160% entre 2004 e 2014*). Contudo não desejamos que esse consumo continue a estar limitado a materiais de construção, à aquisição de transportes individuais (*19,498 veículos e motocicletas*) ou à aquisição equipamentos e serviços de telecomunicações (*190,444 subscritores*) ou outros bens de consumo, importados.

Queremos estimular medidas de autossuficiência e de encorajamento à produtividade interna, que contribuam para reduzir a dependência externa excessiva, e que garantam uma crescente segurança alimentar proveniente da nossa produção agrícola, pecuária e pescas.

Temos de apostar mais nas pequenas e médias empresas, nas associações e cooperativas produtivas, nos serviços especializados, na diversificação com empresas e investimentos que saibam potencializar e aproveitar os vastos recursos: do turismo, da agricultura, da floresta, da pecuária, dos minérios ou do mar; especialmente vocacionados para áreas de mercado com maior rentabilidade e mais valia.

Na Agricultura, Pecuária, Pescas e Florestas - podemos e devemos criar rapidamente redes de abastecimento interno, de produtos hortícolas, frutas, carnes e peixes frescos, aproveitando as novas infraestruturas (sistemas de rega ou transportes, estradas, pontes, portos e aeroportos), reduzindo assim a dependência externa e aumentando as exportações.

Investir nas redes produtivas, de abastecimento e exportação que contribuam para a nossa competitividade a nível internacional, em especial nos diferentes *nichos* de mercado, valorizando a nossa marca "*Made in Timor-Leste*" e ligando-a à certificação dos nossos produtos com elevada qualidade ecológica, biológica ou 100% orgânica.

Queremos produzir mais café, arroz (*73% das necessidades nacionais até 2023*), milho, raízes e tubérculos (*mandioca, etc.*), frutas e legumes, carnes e peixes, ou lacticínios apostando em produtos de elevado rendimento nos mercados internacionais (*como o coco, a baunilha, o caju, a soja, o amendoim, a pimenta, o açafraão, gengibre, canela, colorau, noz-moscada, cacao*), sempre com o selo de uma produção que utiliza fertilizantes orgânicos evitando pesticidas ou processos químicos para o controlo de pestes ou insetos, conseguindo para o efeito melhores rendimentos para os produtores e exportadores.

Temos de investir mais: na investigação e pesquisa (nas escolas secundárias técnico vocacionais e nos institutos politécnicos ou academias); nos laboratórios de análises e de certificação; na formação de recursos humanos (especializados na produção, distribuição, marketing, abastecimento, armazenamento, nos procedimentos de quarentena e aduaneiros; e na exportação de produtos tirando partidos dos instrumentos internacionais da organização mundial de saúde, do acordo de Cotonou para os países ACP, entre outros); na criação de reservas agrícolas e biológicas (que garantam que os melhores terrenos continuam afetos à prática agrícola e que garantam reservas/barragens de água); na sustentabilidade de máquinas e equipamentos (garantindo a sua boa utilização, conservação, manutenção e reparação em oficinas qualificadas); na inovação (*produção sem solo - hidroponia*); no empreendedorismo e autoemprego (*empresas familiares e cooperativas*).

Na pecuária (*bovinos, caprinos, suínos e aves*), precisamos investir mais na vacinação e desparasitação, no controlo de doenças animais, na saúde veterinária, na nutrição e produção de rações (aproveitando os resíduos de peixe), na pesquisa e desenvolvimento de raças adaptadas ao nosso clima e condições, na certificação de origem controlada, nas indústrias de

carne privadas de abate (*Matadouro Nacional de Tibar*), refrigeração, embalagem e distribuição ao consumo, estimulando uma rede de talhos de carnes frescas; e de lacticínios.

Também nas Pescas iremos investir mais, nas riquezas que as nossas ribeiras ou extensa linha costeira ou zona económica exclusiva nos proporciona, lançando as bases de uma futura candidatura para a exploração da plataforma continental.

Vamos por isso apostar mais: na produção de aquacultura (*extração de algas e criação de peixes de água doce, camarões, abalones, caranguejos, pérolas e ostras*) fomentando melhores rendimentos nas comunidades costeiras; na gestão criteriosa da pescagem em alto mar (*com atenção para as malhagens mínimas, períodos de defeso, espécies protegidas, repovoamento natural*); no controlo da pescagem ilegal; na conservação do pescado (*refrigeração, salga, fumagem ou secagem*); nas infraestruturas de apoio (*portos, cais e locais de atracagem*); na investigação e formação.

Nas florestas temos de implementar os planos de conservação e investimentos florestais, garantindo a repovoação de espécies (*do pau-teca, mogno, cedro vermelho, pau-rosa ou sândalo – 1 milhão de árvores anual*), e a sustentabilidade destes recursos que ocupam 50% da área terrestre nacional.

Investir ainda mais nos centros de viveiros, na investigação e formação e na implementação da estratégia de comercialização do Bambu, o qual além de possuir um elevado grau de rentabilidade contribui para evitar a erosão dos solos.

No Petróleo e Recursos Minerais - temos o benefício de possuir grandes riquezas energéticas, mas temos de colocar todo o nosso empenho para escapar “à *maldição dos recursos*”, construindo pontes que façam uma sólida ligação entre os recursos e o progresso.

Assim sendo, pretendemos continuar a dar prioridade à costa sul, no Projeto intersectorial do Tasi Mane, onde queremos instalar uma indústria petroquímica moderna, como polo gerador de desenvolvimento económico-social.

Tivemos recentemente uma vitória no Direito Internacional relativa às negociações da fronteira Marítima com a Austrália. Contudo, continuam pendentes as negociações da fronteira marítima e terrestre com a Indonésia e sobretudo, as difíceis negociações para garantir a construção do gasoduto do *Greater Sunrise* para Beço na Costa Sul.

Vamos aproveitar e rentabilizar outros recursos facilitando o aparecimento de novas indústrias (*incluindo indústrias de cimentos ou mármore em Baucau oleiras, vidreiras*) e serviços, reunidos em parques industriais municipais, em novas cidades ou novos polos de desenvolvimento (*em especial a Base Logística do Suai, a Refinaria Petrolífera e Complexo Petroquímico de Betano, e a Fábrica de Gás Natural Liquefeito em Beço/Viqueque*).

No Turismo – sabemos que este é um importante motor de desenvolvimento de atividades económicas, com grande potencial para atingir os nossos objetivos de criação de emprego, de aumento de rendimentos à escala familiar e comunitária, de diversificação e de aumento do peso do setor privado na Economia, contribuindo também para a salvaguarda e promoção do património natural, artístico e cultural de Timor-Leste.

Timor-Leste tem grandes potencialidades para criar uma “*Marca e um Destino Autêntico*”, ligado à qualidade dos serviços prestados, à não massificação, à segurança e baixa criminalidade, à diversidade e originalidade, que saiba aproveitar: a beleza natural das paisagens, a biodiversidade (*do nosso enquadramento geográfico no triângulo do coral*) a nossa rica história e o nosso património cultural único, envolvendo o Povo e Comunidades conforme definido na *Política Nacional de Desenvolvimento do Turismo*.

Temos a ambição de criar um fluxo anual e sustentável de 450,000 visitantes, distribuídos pelas suas diferentes vertentes: de natureza, de montanha, histórico, cultural, gastronómico e religioso, comunitário e etnográfico, de aventura ou desportivo, ecológico ou simplesmente de lazer, banhar ou recreativo;

Tirando especial proveito da presença de diferentes comunidades estrangeiras residentes (*ocidental, chinesa, malaia ou hindu*) ou regionais (*Japão, Coreia do Sul, Hong-Kong, Macau*), e das datas festivas ou períodos de férias (*carnaval, páscoa, férias de verão, meses marianos, feriados nacionais, Natal e Fim de Ano; Ano Novo e Festival da Lua chineses, Idul Adha ou Idul Fitri, entre outros*) ou da realização de grandes eventos nacionais ou internacionais (*congressos, conferências, cimeiras, jogos desportivos, espetáculos, concertos, festivais Tour de Timor, regata Darwin-Dili, caravana artística, entre outros*).

É também **um dos setores mais transversais da nossa economia**, beneficiando e incentivando os investimentos em curso nas infraestruturas básicas (*estradas, portos, aeroportos, transportes*), no capital social (*escolas técnicas e politécnicos de hotelaria, restauração*) no consumo de bens e serviços (*industriais, comerciais, culturais e recreativos*) com elevado grau de rentabilidade imediata.

Iremos por isso continuar a dar prioridade para este Setor, com: a construção de uma Marina e Porto de Cruzeiros em Dili, a reabilitação da orla marítima em Dili, a valorização do Mercado de Tais (*como um dos principais e mais visitados ponto turístico*), o estabelecimento de parques temáticos e de diversões (incluindo parque aquático ou de gestão de crocodilos), zonas de turismo com melhores informações e pacotes turísticos abrangentes

No Comércio – iremos formular políticas comerciais que contribuam para o bom escoamento dos produtos do setor primário e secundário, a nível nacional e internacional, contribuindo para o aumento das exportações e da riqueza do país.

Vamos para isso apostar na: modernização e na expansão dos Mercados Municipais Integrados com outros serviços (*incluindo terminais rodoviários, bancários e de comunicações*), numa filosofia de *one-stop-shop*.

Continuar a encorajar e a fortalecer o papel do setor privado comercial, em especial as iniciativas mais inovadoras, empreendedoras, criativas, e diversificadoras da oferta, promovendo a criação de novos centros comerciais de pequena, média e grande dimensão (*apoiando por exemplo o complexo turístico do Hotel, Centro Comercial e de Convenções Gólgota, adjacente ao Aeroporto Internacional de Comoro Dili*).

Vamos ainda continuar a apostar na qualidade, higiene e segurança no trabalho ou alimentar, reforçando as ações de inspeção e fiscalização das autoridades competentes (AIFESA, SEFOPE), promovendo um sistema para dar resposta às preocupações e necessidades dos trabalhadores, empresários, associações e câmaras de comércio e indústria e recolhendo/atendendo as reclamações de modo a auferir o grau de satisfação dos clientes.

Na Indústria – temos a visão de implementar uma economia moderna e diversificada, a qual depende, conforme mencionado anteriormente, do investimento efetuado no crescimento de três indústrias principais: a agricultura, o turismo e o petróleo.

Temos ainda condições para desenvolver outras indústrias subsidiárias dos setores primários de produção, por exemplo:

Na agroindústria, transformando carnes, laticínios, peixes, cereais e outros produtos agrícolas, em subprodutos de excelência de natureza biológica;

Na transformação de matérias primas, para: embalagem de produtos, mobiliário, materiais de construção (mármore, azulejos, blocos, tijolos, telhas, etc.),

Na promoção de Marcas de Referência, com potencial exportador, com denominação de origem controlada ou com certificação de qualidade, biológica ou 100% orgânica, orientadas para nichos de Mercado de seleção e de preço elevado.

Na recolha, tratamento e processamento de resíduos, promovendo uma filosofia industrial baseada nos 3 R's do Reaproveitamento, Reutilização e Reciclagem, com a construção uma Unidade Industrial em Tibar. Estamos particularmente preocupados com os resíduos de plástico, vidros, alumínio e metais, papel, pilhas e baterias, com especial atenção para os resíduos perigosos.

Queremos ainda reduzir progressivamente a nossa dependência externa, estimulando a autossuficiência de produtos alimentares, de construção, petrolíferos, energéticos e outros bens de consumo, estimulando o aparecimento de micro, pequenas e médias empresas, de dimensão familiar ou cooperativa, amigas do ambiente.

Vamos reforçar o apoio às indústrias já existentes no setor do sal, óleo de coco, sabão, especiarias e água engarrafada, entre outros.

O Setor Privado – independentemente da sua vocação e dimensão, é para nós um dos principais motores da economia nacional, garantindo a criação de emprego (*para uma população essencialmente jovem com 51,24% abaixo dos 20 anos*), o que constitui um dos maiores fatores de combate à pobreza e de melhoramento do capital social da nação.

Pretendemos criar um ambiente favorável: aos negócios, à criação de empresas, ao investimento, ao estabelecimento de parcerias estratégicas, de cooperação e de formação, com particular atenção para a modernização, diversificação, inovação e o empreendedorismo.

Vamos integrar os esforços envolvendo as Universidades, as Agências de Apoio ao Investimento (*IADE, SERVE, TradeInvest*), as Câmaras de Comércio e Indústria (CCI's) e os Municípios na criação de incubadoras de empresas ou indústrias.

Vamos apostar: na remoção de obstáculos, no acesso à informação e know-how, na organização de parques industriais municipais (*por exemplo junto ao Porto de Tibar*), Centros de Negócios, devidamente equipados com os serviços públicos essenciais de apoio (como a distribuição de eletricidade, água, saneamento, comunicações, internet) e licenciados para atividades empresariais e industriais (*com atribuição de licenças prévias por exemplo ambientais*).

Vamos estabelecer o Banco de Investimento de Timor-Leste (BITL), capitalizar o Banco Nacional de Comércio e Indústria de Timor-Leste (BNCTL) na economia e regular os seguros, de modo a estabelecer um pacote de incentivos e de garantias agrupados no “guia do investidor”.

Queremos ser mais proactivos: no apoio à criação de novas empresas de micro, pequeno, médio e grande dimensões, cooperativas e parcerias estratégicas entre o setor público e privado.

Vamos dar especial atenção à implementação do projeto de desenvolvimento trilateral, de oportunidades económicas decorrentes da conectividade, infraestruturas, transportes e ligações com os nossos vizinhos, conhecido como “*Triângulo de Crescimento*” entre Timor-Leste, o Território do Norte Australiano e a Província Indonésia do Timor Ocidental.

No Emprego – à medida que o capital social se desenvolve (*na educação, saúde ou formação*), acompanhado de melhores condições de vida e de melhores infraestruturas básicas, construímos progressivamente uma força de trabalho mais saudável, instruída, qualificada, disciplinada e profissional, conseqüentemente mais produtiva e preparada para enfrentar as exigências do crescimento e internacionalização da economia.

Acresce ainda que com a expansão e diversificação económica (*já referida*), irão crescer também as oportunidades de emprego, em igualdade de circunstâncias para mulheres e homens, reduzindo os níveis de precaridade e aumentando a segurança no trabalho, não apenas nos assalariados, mas também junto dos trabalhadores independentes que trabalham por conta própria.

Simultaneamente iremos implementar Centros de Emprego e Orientação Profissional em cada Município, garantindo a cada Cidadão o desenvolvimento de um “Plano de Vida” para a sua formação e desenvolvimento profissional, encorajando iniciativas de empreendedorismo, inovação e autoemprego.

A política do Governo para o setor do Emprego está vertida ao longo de todo o seu programa, e pretende atingir o objetivo de criar nos próximos 5 anos 300,000 novos empregos (*com uma média de 60,000 ao ano*), os quais irão dar resposta às exigências de uma população maioritariamente Jovem (*com cerca de 51,24% com menos de 20 anos de idade*) e em crescimento acelerado.

Vamos também expandir o número de trabalhadores a trabalhar no estrangeiro (*onde temos 3,341 vagas na Coreia do Sul e Austrália*), reforçando os protocolos de cooperação e melhorando o acompanhamento dos nossos emigrantes. Não podemos, nem devemos ficar limitados ao mercado de trabalho interno, dando especial atenção ao nosso processo de integração e adesão à ASEAN, que irá estimular o progressivo movimento de trabalhadores para outros mercados, em especial os mais qualificados.

Nas Cooperativas – iremos continuar a apostar neste setor que consideramos de importância estratégica para o desenvolvimento nacional, em especial a nível agrícola, estimulando a participação ativa das comunidades rurais no sistema económico formal do país.

Temos de ter consciência que, num país onde 75% da população se encontra nas áreas rurais dedicando-se a atividades agrícolas ou comerciais ligadas ao comércio ambulante e bazares tradicionais, é natural que a maior parte desta economia se realize de maneira informal, sem regulamentação e sem registo estatístico nas diversas vertentes da economia.

Queremos reverter esta situação, encorajando o registo progressivo destas atividades na economia formal, através de incentivos para a reconversão dos produtores, vendedores ou operadores informais, familiares ou cooperativos, como beneficiários e contribuintes, dos programas de desenvolvimento cooperativo do Estado.

Pretendemos continuar a investir na capacitação e formação de recursos humanos, na concessão de ferramentas, equipamentos, matérias primas, através de oportunidades de crédito e apoios pecuniários, que permitam melhorar as infraestruturas e aumentar a qualidade dos produtos, orientados para mercados e comércio devidamente regulamentados.

Queremos dar atenção particular à produção do Mel (*incluindo seus derivados as geleias e a cera*); à produção de Pão (*incluindo as sementeiras de trigo, shorgum, cevada e centeio; as técnicas de moagem e a panificação, orientada para a indústria e distribuição escolar*); e à produção de pecuária e laticínios (incentivando a transformação do leite obtido das vacas, búfalos e cabras em iogurtes e outros derivados

No Ambiente – apesar da nossa forte ligação cultural a questões do ambiente, verificamos alguns desafios e riscos para a sua preservação, proteção, conservação e valorização sustentável para as gerações futuras.

Os desastres naturais, normalmente ligados às chuvas, a exploração desequilibrada (*por falta de planeamento agrícola e processamento de resíduos*) ou a destruição do meio ambiente e ecossistemas (*abate de árvores, queimadas*), têm vindo a provocar a erosão crónica dos solos, a contaminação das águas subterrâneas e dos solos e aumentado os níveis de poluição.

Vamos implementar o Plano Nacional de Ordenamento do Território, reforçando as campanhas de sensibilização ambiental, a coordenação intersectorial e a capacitação das instituições e organismos responsáveis pela gestão, monitorização e fiscalização.

Iremos fortalecer o quadro legal de gestão, proteção e conservação ambiental (*incluindo a proteção de espécies ou a biodiversidade*), investindo na formação (*por exemplo no currículo escolar com questões ambientais e na Escola Verde*), sensibilização e regulamentação. Vamos continuar os programas de reflorestação, com especial atenção para os viveiros comunitários; implementar uma campanha de redução de queimadas e combate aos incêndios florestais; investir nas energias renováveis (eólicas, solares e hidroelétricas), para reduzir a poluição atmosférica; implementar um sistema de recolha, tratamento e processamento de resíduos sólidos e líquidos, domésticos, urbanos e industriais (com destaque para a o centro de tratamento de Tibar), implementando uma “**política de zero plástico**”.

Finalmente iremos investir numa rede de parques terrestres e marinhos nacionais para amostra e salvaguarda da biodiversidade, devidamente coordenados com a rede de áreas protegidas e parques nacionais (PN Nino Konis Santana, PN Xanana Gusmão e Jardim Botânico Francisco Xavier do Amaral).

Quarto vamos **Prosseguir com a Consolidação Governativa**: em especial na Boa Governação, melhorando o Planeamento Estratégico e o equilíbrio das Finanças Públicas.

Queremos “transformar as nossas riquezas naturais dos solos ou dos mares, em segurança alimentar, em saúde, em produtividade, em oportunidades de criação, de inovação e empreendedorismo, no emprego, no desenvolvimento e no bem-estar de toda a população”.

Desejamos diversificar as fontes de receita, ficar mais eficientes na sua identificação, cobrança e processamento, mas simultaneamente disponibilizar melhores serviços, mais sensíveis às necessidades dos cidadãos e das empresas.

Uma máquina do Estado mais eletrónica e mais próxima dos cidadãos. Não basta cobrar, multar, punir, sancionar, se não formos capazes de simultaneamente: cumprir prazos, emitir decisões em tempo útil, de atender recursos ou reclamações, ou de processar pedidos, produtos ou mercadorias com a urgência, ultrapassando as prolongadas e complicadas burocracias.

Menos Estado não significa menos controlo ou eficácia. Significa menos obstáculos, com medidas simples, claras, integradas, que facilitem a atividade económico-social e que sempre que possível estejam disponíveis de modo transversal num único local, seguindo os melhores exemplos de *one-stop-shop* ou de *lojas do cidadão*, existentes em outros países.

Na Política Macroeconómica – temos a grande ambição de manter a taxa de desemprego em apenas um dígito, com a criação de 300,000 novos empregos (*média de 60,000 anual*); de reduzir a pobreza em 10%; e de garantir um crescimento económico acima dos 7%, sustentado com o aumento progressivo do setor privado num mínimo de 10% ao ano.

Mas sabemos que a viabilização destes objetivos macroeconómicos, depende da nossa capacidade de implementação das grandes opções do plano e da criteriosa execução orçamental, com rigor, eficácia e eficiência, promovendo a poupança dos meios ou recursos e evitando o despesismo ou gastos supérfluos.

Neste sentido devemos lembrar que as Nações Unidas e Parceiros Internacionais investiram cerca de 8 biliões de dólares no nosso País, contudo

Depende ainda do bom desenvolvimento transversal, inclusivo e sustentável de todos os setores já referidos, agrupados no capital humano, nas infraestruturas e no reforço das instituições públicas.

No Setor Financeiro – queremos alargar a oferta disponível a nível bancário, com a capitalização do Banco Nacional de Comércio de Timor-Leste (BNCTL) e com o estabelecimento de um Banco de Investimento ou de Desenvolvimento de Timor-Leste (*ver setor privado BITL ou BDTL*), o que irá possibilitar um novo impulso na atribuição de créditos e fundos de apoio ao desenvolvimento de empresas e projetos de investimento.

Queremos facilitar através do BITL/BDTL o acesso ao crédito de longo prazo, com taxas de juros acessíveis, dando oportunidade às empresas Timorenses para se sustentarem, criar emprego, construir infraestruturas e diversificar a economia.

Por sua vez o BNCTL continuará a sua vocação de proximidade rural (banco móvel) ou municipal, aos consumidores e às micro, pequenas e médias empresas, democratizando o acesso aos serviços bancários

Desejamos ainda expandir os serviços financeiros, com medidas que promovam o aparecimento de novos operadores e serviços: de crédito (*mutualismo, uniões microcrédito*), de pagamentos eletrónicos (*com ligação às redes internacionais de Visa e Mastercard entre outras*), de produtos

de poupança (*depósitos a prazo, certificados de aforro, contas poupança para crianças, jovens, estudantes ou habitação*) ou de Seguros; devidamente enquadrados com o estabelecimento de um Regime Geral de Garantias reais sobre bens móveis ou imóveis e registo de ativos.

A nível de Política Monetária, iremos através do Ministério das Finanças e do Banco Central de Timor-Leste (BCTL) realizar estudos e análises profundas sobre as vantagens e desvantagens da utilização da moeda dólar ou do uso de uma moeda nacional própria.

Nas Finanças Públicas - vamos promover um desenvolvimento baseado numa diversificação financeira sustentável, devidamente apoiada em receitas e despesas transparentes e equilibradas, assumindo o compromisso e a responsabilidade de prestação de contas com comunicação constante e a colaboração regular com as organizações da sociedade civil.

Vamos para isso continuar a investir nos Portais Eletrónicos para a transparência do orçamento, do aprovisionamento, das ajudas e resultados do Governo, instrumentos fundamentais para o bom acompanhamento do Tribunal de Contas, da Inspeção Geral do Estado, dos auditores e das organizações não governamentais.

Queremos alargar a Reforma Fiscal (*implementada pelo VI Governo*) a uma Reforma da Gestão das Finanças Públicas que possibilite o aumento das receitas, melhore o aprovisionamento, fortaleça a descentralização financeira e a orçamentação com base no programa.

Temos o objetivo de atingir 17% de **receitas domésticas** do total do “*PIB - Produto Interno Bruto*” em 2023, de modo a nos libertar da dependência das receitas do Fundo do Petróleo.

Para conseguir este objetivo iremos melhorar a máquina fiscal, incluindo os recursos humanos e infraestruturas (*alfândegas e impostos*) de apoio à identificação, apuramento e cobrança de novas receitas. Vamos ainda rever as leis tributárias, e introduzir a lei de “Imposto de Valor Acrescentado” (IVA).

Do lado **das Despesas** iremos fortalecer as capacidades de finalizar, processar e supervisionar da Agência de Desenvolvimento Nacional (ADN), do Secretariado dos Grandes Projetos e da Comissão Nacional de Aprovisionamento (CNA).

Iremos também fazer a interligação (*interface*) entre o sistema informático financeiro, e as bases informáticas das instituições relevantes, para garantir o rigor, a eficácia, a eficiência e a transparência das despesas e o cruzamento de informação, para combater a fraude ou a corrupção, transformando gradualmente o atual sistema a partir da “*contabilidade em Tesouraria Atualizada*” (*cash basis system*) em “*Contabilidade de Exercício*” (*accrual basis system*).

Estes novos instrumentos serão essenciais no cumprimento da orçamentação por programas, que irá ligar o orçamento ao planeamento com objetivos, alvos e impactos claros do serviço público às populações, a curto, médio e longo prazo.

Queremos também expandir as Parcerias Público-Privadas (*existente no Porto de Tibar*) e implementar uma gestão criteriosa e prudente das dívidas públicas, dos empréstimos (*ponderando os custos-benefícios e o reembolso futuro*) e dos Fundos Públicos, em especial o Fundo do Petróleo e o Fundo da Segurança Social.

Para promover investimentos e o esforço de criação empregos, o Estado promoverá ainda programas de “*Participação Equitativa*” (*equity participation*) ou de participação em “*ações*” para o investimento no setor privado em Timor-Leste.

Iremos para o efeito fortalecer as capacidades das Empresas Públicas já existentes e criar a Corporação de Investimentos de Timor-Leste. Pretendemos assim intervir em programas de elevado retorno (*acima do retorno médio de 3% conseguido a nível internacional*) e que tenham variados efeitos multiplicativos para o desenvolvimento socioeconómico nacional.

Na Gestão do Fundo do Petróleo – iremos continuar a trabalhar em conjunto com o Parlamento Nacional e com o Banco Central de Timor-Leste, para manter uma boa gestão, transparente e sustentável do Fundo do Petróleo.

Vamos continuar a implementar o sistema de “*controlo e equilíbrio*” (*check and balance*) que garante a boa gestão e transparência na utilização do Fundo, e que nos tem garantido o primeiro lugar na Ásia, e o terceiro lugar no Mundo, do ranking de boas práticas na gestão de recursos naturais.

Queremos continuar a investir com rigor e prudência no mercado financeiro (de títulos e ações), de modo a garantir retornos elevados acima dos 3% (*em 2016 registou-se um retorno de 3,444 biliões*).

Na Gestão do Fundo da Segurança Social e do Fundo dos Veteranos – pretendemos criar uma boa proteção social de todos os cidadãos, em especial os mais carentes, vulneráveis e desfavorecidos. Para isso iremos estabelecer um Instituto da Segurança Social, de modo a garantir a sustentabilidade e transparência dos fundos confiados pelos contribuintes e pelo Estado, assegurando o direito dos beneficiários à proteção social de longo prazo.

Simultaneamente iremos estudar a criação de um Fundo de Veteranos, como compromisso para melhorar a qualidade de vida e de assegurar a sua sustentabilidade dos apoios concedidos.

Na Gestão do Património do Estado – vamos estabelecer instituição de coordenação e gestão, acompanhada de uma Central de Base de Dados com todos os patrimónios do Estado, móveis e imóveis, registando regularmente o seu valor, sua depreciação e condições de utilização, com especial atenção para as concessões e arrendamentos.

Quinto vamos **Prosseguir com a Boa Governação e Combate à corrupção**: para o desenvolvimento de um setor público cada vez mais profissional, competente e eficiente, capaz de aumentar a confiança dos cidadãos na governação, de implementar as grandes opções do plano e de contribuir como verdadeiro motor do crescimento económico nacional.

Este Governo acredita que não é possível realizar as apostas e objetivos que nos propomos, sem uma participação, acompanhamento e escrutínio contínuo dos Cidadãos e das suas organizações.

Assumimos, por isso, três responsabilidades que nos parecem fundamentais para manter um diálogo permanente e para aproximar os governantes dos governados:

Primeiro, a Responsabilidade de Comunicação, de forma a possibilitar, sempre que possível, um debate público alargado sobre as diferentes opções e políticas a implementar, promovendo um bom entendimento das questões, dos desafios e dos benefícios para o País, das diferentes decisões.

Segundo, uma Responsabilidade de Colaboração, com os grupos de cidadãos e organizações da sociedade civil, que se dedicam à monitorização, vigilância e acompanhamento das atividades do Estado, dando especial atenção às reclamações e auscultação dos impactos causados pelas diferentes medidas e à satisfação dos beneficiários dos serviços públicos.

Terceiro, uma Responsabilidade de Transparência, na execução orçamental, sempre que possível, através dos órgãos de comunicação social, em especial com as medidas que exigem, um grande esforço financeiro na execução orçamental e que comprometem futuras gerações.

Vamos ser rigorosos para conosco, os membros do Governo e responsáveis da administração pública, mas também com todos aqueles que direta ou indiretamente beneficiam dos recursos e subvenções do Estado, ou utilizam os bens e equipamentos facilitados pelos serviços públicos (de eletricidade, água, transportes, comunicações, entre outros) para fomentar a boa utilização, manutenção ou conservação, evitando o desperísimo, os gastos supérfluos ou danos à propriedade pública.

Para promover a boa governação e combater a corrupção iremos também: reforçar e melhorar as inspeções e auditorias, do Inspetor Geral do Estado; a prevenção e educação cívica da Comissão Anticorrupção; o sistema de gestão, recrutamento, progressão por mérito e avaliação de desempenho implementado pela Comissão da Função Pública; fortalecer a cooperação na prestação de contas ao Tribunal de Contas; continuar a apostar nas tecnologias de informação e comunicação, para implementar um Governo Eletrónico; desenvolver uma base de dados com registo de entidades públicas ou privadas, envolvidas na corrupção; e rever a Lei da Pensão Vitalícia para que este regime seja integrado no regime de segurança social contributivo; entre outras.

Na Administração Pública - muitos reconhecem que nos últimos anos de independência e de construção do Estado foi efetuado um grande esforço (*com 1,2 Biliões investidos em salários e vencimentos*) no sentido da modernização e da profissionalização da Função Pública.

Contudo, não podemos ficar conformados e simplesmente satisfeitos com os resultados entretanto obtidos.

Ainda temos grandes desafios pela frente: na melhoria do atendimento, no cumprimento de prazos, na eficácia e eficiência das decisões, no processamento de queixas e recursos, na simplificação e desburocratização dos procedimentos e na transformação dos serviços de papel, em serviços progressivamente eletrónicos e acessíveis, utilizando as plataformas multimédia e as novas tecnologias de informação e comunicação.

O nosso esforço de melhoria, não deve, nem pode parar!

Não basta prestar o serviço de acordo com a Lei, esquecendo a satisfação dos utentes, pois isto significa esquecer a razão fundamental que justifica a sua existência de *“estarem sempre ao serviço do Povo”*.

Em última análise: *“cabe ao Povo responder se estamos ou não a trabalhar bem!”*

Na Descentralização - não desejamos um país a duas velocidades, onde apenas a capital e alguns municípios usufruem dos benefícios do progresso e desenvolvimento.

Somos um Governo de Coesão onde impera a solidariedade territorial, o combate às assimetrias, ao isolamento e ao esquecimento. Acreditamos que a descentralização e desconcentração

iniciada anteriormente com a transferência de atribuições, competências e responsabilidades para a criação de órgãos locais, municipais e regionais, constitui uma verdadeira oportunidade, de estabelecer nesses locais, verdadeiros Polos de Desenvolvimento.

Um só País, Coeso no progresso, Unido no Desenvolvimento Partilhado!

Vamos para isso implementar uma Política Nacional de Desenvolvimento Local, com a aprovação do quadro jurídico necessário à concretização dos planos de desenvolvimento municipal, devidamente acompanhados do reforço e reafecção de meios, e recursos humanos ou financeiros.

Queremos organizar faseadamente as eleições para os órgãos representativos do Poder Local entre 2021 e 2023, tomando em consideração as condições existentes em cada Município ou Região.

Na Administração Eleitoral – um estudo publicado em 2017 pelo *The Economist*, sobre o índice de Democracia, reconhece que Timor-Leste é o país mais democrático do Sudeste Asiático, após considerar os processos eleitorais, o pluralismo, as liberdades e garantias, a participação política, a cultura política e o funcionamento das instituições.

Este facto é, aliás, demonstrado pelas solicitações que, ao longo dos últimos anos foram efetuadas para o apoio técnico na organização de eleições em outros países: na Guiné-Bissau, República Democrática do Congo ou República Centro Africana.

A qualidade e capacidade da nossa administração eleitoral deve, no entanto, continuar a ser assegurada e fortalecida através da formação e qualificação dos técnicos eleitorais, da atualização do recenseamento e dados eleitorais (*eliminando dos registos inscrições múltiplas cidadãos falecidos*) e da revisão e atualização da legislação eleitoral, aperfeiçoando a sua capacidade de responder aos desafios

No Ordenamento do Território – pretendemos melhorar a nossa capacidade de organizar o espaço onde a população vive e exerce as suas atividades, de forma mais sustentável e compatibilizando os aspetos económicos, sociais, culturais e ambientais.

Vamos rever a Lei de Bases de Ordenamento do Território, acompanhado de um Quadro Nacional de Planeamento, capaz de implementar Polos de Desenvolvimento e Zonas Especiais de Economia Social de Mercado (ZEESM), nas várias regiões do país.

Para isso teremos de elaborar planos nacionais e setoriais para o ordenamento, conjugados com planos diretores municipais, e planos urbanos para as cidades e zonas rurais, providenciando o acesso aos serviços básicos de educação, saúde, água e saneamento, eletricidade, mercados e terminais de transportes; adequados para cada localidade.

Conjugar ainda todos estes planos com a Política Nacional de Mobilidade Urbana, sem esquecer os compromissos assumidos com a Ilha de Ataúro.

No Desenvolvimento Rural – temos o grande desígnio nacional de erradicar a pobreza e a fome, que normalmente assolam as áreas rurais, onde se encontram as localidades mais isoladas, remotas ou desfavorecidas do país.

Num país pequeno como Timor-Leste, a existência de assimetrias regionais e desigualdades sociais e económicas é uma incoerência que representa uma enorme perda de oportunidades.

Vamos por isso dar prioridade à coordenação intersectorial, para que cada setor de atividade aborde o desenvolvimento rural de forma transversal.

Pretendemos criar mais empregos locais, por ser a melhor forma de elevar o nível de vida; disponibilizando mais capacitação ou formação e criando incentivos ou benefícios fiscais para a inovação, o empreendedorismo, o autoemprego e a criação de empresas familiares ou cooperativas de pequena e média dimensão.

Queremos ainda melhorar o planeamento da atividade agrícola e gestão dos solos ou recursos naturais, com estudos comparativos de cada região, em especial no acesso a infraestruturas ou aos mercados.

A Região Administrativa Especial de Oecusse Ambeno (RAEOA) – foi estabelecida para facilitar uma melhor sinergia, entre as instituições do Estado na região, com vista a permitir uma governação mais eficaz, na redução da pobreza e no alcance do bem-estar económico de toda a população.

As **Zonas Especiais de Economia Social de Mercado (ZEESM TL)** são um programa de desenvolvimento nacional, que visam o estabelecimento de zonas especiais de comércio de cariz social, que permitirão o crescimento duma economia social de mercado, dando maior acesso a benefícios, diretos e indiretos às pessoas e populações dessas regiões.

Tendo em conta a rigidez de políticas adotadas em Oecusse e o prolongado incumprimento dos procedimentos que orientam o Estado, no âmbito da Administração Pública e de boa governação, iremos alterar o atual quadro jurídico da região.

Vamos separar os serviços prestados pelas ZEESM TL das funções de autoridade administrativa da RAEOA, de modo a garantir uma maior participação da cidadania e das organizações da sociedade civil regionais, no processo de desenvolvimento efetuado na região.

Para este efeito iremos: integrar os serviços de finanças no sistema nacional de freebalance; melhorar os sistemas de controlo e fiscalização, sobretudo face aos grandes projetos sujeitos à fiscalização do Tribunal de Contas; melhorar o aprovisionamento, em cumprimento do regime central; e efetuar uma auditoria imediata à RAEOA e à ZEESM TL.

No Governo Eletrónico – assumimos ao longo deste programa, de forma transversal em todos os setores, uma série de compromissos de simplificação, desburocratização, de melhoria na informação e divulgação dos serviços prestados, mais transparência e responsabilidade na prestação de contas, maior proximidade e participação das pessoas e organizações da sociedade civil, na tomada de decisões e implementação das políticas de desenvolvimento.

Para cumprir todos estes compromissos apostamos no Governo Eletrónico, através da atualização e modernização dos serviços através da utilização das novas tecnologias e plataformas de comunicação.

Já referimos que está em curso, a ligação dos serviços públicos por fibra ótica instalada através da rede de transmissão da EDTL, que irá dar conectividade e internet a todas as instituições do Estado.

Vamos ainda criar as condições necessárias para que o Instituto de Tecnologias de Informação e Comunicação, recentemente criado, concretize a sua missão de gerir a rede informática do Governo.

Iremos continuar a apostar nos Portais do Governo (*incluindo os Ministérios ou Serviços, com especial atenção para as Finanças, Transparência, Ajudas, Aprovisionamento ou Resultados*); investir nas plataformas interativas e tecnológicas; nos formulários, serviços e pagamentos online; e em bases de dados cada vez mais integradas que possibilitem a ligação ou cruzamento de informação para efeitos de combate à fraude e corrupção.

Na Justiça – continuamos com o grande desígnio de promover o Estado de Direito e de garantir a igualdade de acesso à Justiça para todos. Desejamos um setor judiciário com recursos humanos cada vez mais profissionais, competentes, independentes e transparentes.

A consolidação dos serviços de Justiça é crucial para assegurar a assistência jurídica a todos os cidadãos (*em especial os mais carentes, vulneráveis e desfavorecidos*) transmitindo a confiança necessária para atrair o investimento essencial ao desenvolvimento da economia e da paz social.

Possuímos algumas fragilidades estruturais que devemos procurar corrigir e ultrapassar, relacionadas: com quadros legais deficientes ou desadequados à realidade; e relacionados com a falta de domínio do modelo e língua Portuguesa; fragilidades que condicionam os nossos objetivos para a aplicação de uma Justiça mais: acessível, descentralizada, célere, equilibrada, confiável, independente e justa.

Vamos por isso continuar a investir:

- no desenvolvimento institucional – melhorando a capacitação, coordenação, planeamento, recrutamento (de magistrados e *defensores*) e formação de excelência no CFJ – Centro de Formação Judiciária;
- na consolidação e harmonização dos quadros legais – completando as lacunas, melhorando a regulamentação, implementando um modelo bilingue (*português e tétum*) para elaboração de atos normativos, completando o pacote da Lei de Terras e Propriedades, nomeadamente com o levantamento Cadastral e estabelecendo o registo predial;
- no desenvolvimento de recursos humanos – com a implementação do plano estratégico de formação dos quadros de recursos humanos, necessários a curto, médio e longo prazo, com particular atenção para a formação inicial, contínua ou complementar (*dos Oficiais ou Técnicos de Justiça, Notários ou Conservadores Cíveis, Defensores e Advogados*), para a formação de auditores da Câmara de Contas e Juízes do Supremo Tribunal Administrativo, Fiscal e de Contas;
- na dotação de infraestruturas adequadas – construindo ou reabilitando edifícios, em especial: da PCIC – Polícia Criminal e de Investigação Científica, do Supremo Tribunal de Justiça, das delegações da Defensoria Pública nos Municípios; das residências dos guardas prisionais; ou do Centro de Reabilitação Juvenil; devidamente ligados em rede informática eletrónica;
- no acesso à Justiça – aproximando os serviços dos cidadãos, garantindo progressivamente a existência judicial em todos os Municípios, com qualidade e profissionalismo, dando atenção particular para: disseminação das leis e normas, para o notariado, serviços cadastrais, emissão de bilhetes de identidade e passaportes eletrónicos, ou para a segurança ou melhoria das instalações prisionais;

- na boa governação – melhorando a supervisão, controlo, eficácia e eficiência dos Conselhos Superiores (*das carreiras profissionais e coordenação do setor da Justiça*), Tribunal de Contas e Ordem de Advogados; aperfeiçoando a orçamentação e gestão financeira e os mecanismos de cooperação internacional, alinhando as prioridades com as estratégias e objetivos do país.

Na Defesa e Segurança - precisamos de forças armadas e serviços de segurança apartidários e obedientes aos Órgãos de Soberania, que tenham uma postura baseada no Estado de Direito, prosseguindo a diplomacia e a dissuasão como forma de prevenir e resolver conflitos, e utilizando o uso da força como último recurso para garantir a preservação da paz e da estabilidade nacional ou regional.

Queremos profissionais, forças e serviços mais modernos, transparentes, eficientes, competentes e profissionais, capazes de garantir a participação feminina e de responder às necessidades do século XXI com ameaças múltiplas a nível interno e externo (*de terrorismo, tráfico humano e de estupefacientes, crime organizado, contrabando, pesca ilegal, entre outros*).

Temos de continuar a apostar num modelo que tem em consideração as circunstâncias do país, desenvolvendo um quadro legal sólido e consistente, coordenado e integrado, capaz de rentabilizar os recursos e meios disponíveis nas diversas instituições, conforme definido no conceito estratégico de Segurança e Defesa Nacional.

Vamos continuar a investir gradualmente em equipamentos e infraestruturas necessários à consolidação do setor e a responder ao nosso desejo de participar em operações que envolvam as forças e serviços, no esforço de desenvolvimento económico, social e humano do País.

Para isso vamos treinar e melhorar a capacidade de versatilidade, apoio e resposta a civis (em casos de desastres naturais e outras emergências), elevar o controlo, fiscalização e prevenção de incidentes em águas territoriais ou na zona económica exclusiva; bem como assegurar a nossa participação em operações humanitárias e de manutenção da paz, a nível bilateral ou multilateral, no âmbito das Nações Unidas.

Em especial **na Defesa**, iremos promover o serviço militar (*como dever patriótico, exemplar de cidadania e integridade*); incrementar as capacidades das componentes operacionais terrestre e naval; reforçar as unidades de engenharia e saúde; promover a participação das mulheres; melhorar as infraestruturas em todas as componentes (*incluindo bairros militares*); estabelecer uma Academia e planear um Hospital Militar; melhorar o sistema de comando, controlo, comunicações, computadores e informações; implementar uma política de desenvolvimento integrado dos recursos humanos, com base no mérito; e Sistema de Alerta Nacional, conjugado com um Centro Integrado de Gestão de Crises.

No **Serviço Nacional de Inteligência**, vamos atribuir os meios adequados de pesquisa, recolha e análise de informações e dados, capacitando a instituição com equipamentos e meios tecnológicos necessários à prevenção e combate de ameaças internas e externas, em coordenação e cooperação com as restantes forças e serviços de segurança.

Na **segurança**, desejamos que Timor-Leste seja um país seguro, um exemplo de direitos humanos, de legalidade democrática, de coordenação de serviços para a boa segurança interna dos cidadãos.

Vamos para isto continuar a implementar um plano estratégico, abrangente de modernização, qualificação, profissionalização e participação feminina, nas forças e serviços de segurança, aproximando os serviços dos cidadãos (*num modelo de policiamento comunitário*), encorajando a prevenção de riscos e conflitos, promovendo a estabilidade social, combatendo a criminalidade, controlando melhor os movimentos de fronteira (de pessoas e bens), desenvolvendo a proteção civil, combatendo a sinistralidade rodoviária, implementando a regulação das artes marciais, continuando a investir nas campanhas de educação para a segurança, na formação, nas infraestruturas, meios e equipamentos.

Nos Serviços de Migração, pretendemos implementar a nova Lei de Migração e Asilo e respetivos formulários e regulamentos necessários ao bom funcionamento do sistema de gestão de fronteiras, à ligação digital entre os postos e os serviços, à implementação das fronteiras eletrónicas (e-Gates) e à melhoria de infraestruturas e equipamentos.

Na Proteção Civil, pretendemos melhorar a resposta a situações de emergência (policial, médica e de bombeiros) através do número único de emergência e da criação de mecanismos de alerta antecipada para situações de desastres naturais.

Na Polícia Científica de Investigação Criminal (PCIC), vamos melhorar a ações de prevenção, deteção e investigação, investindo em Laboratórios e equipamentos científicos e criminais e reforçando a cooperação com congéneres estrangeiras.

Nas Relações Internacionais e Política Externa, vamos continuar a promover uma cooperação bilateral e multilateral, potenciando parcerias culturais, económicas e comerciais, essenciais à captação de investimento e à capacitação das instituições e recursos humanos.

Pretendemos, por isso, reforçar os laços de amizade e cooperação com os vizinhos mais próximos, a Indonésia e a Austrália, em especial na implementação do projeto de desenvolvimento trilateral, de oportunidades económicas decorrentes da conectividade, infraestruturas, transportes e ligações entre os três países, conhecido como “*Triângulo de Crescimento*” entre Timor-Leste, o Território do Norte Australiano e a Província Indonésia do Timor Ocidental.

Privilegiar ainda os laços históricos, culturais e amizade, com os países membros da CPLP, uma agenda comum com os Países do G7+; reforçar as relações em todos os níveis com os Países da ASEAN, como parte do esforço de adesão como membro de pleno direito a esta organização; e reforçar igualmente as relações bilaterais com países amigos e importantes parceiros, nomeadamente: China, Coreia do Sul, Cuba, Estados Unidos da América, Japão, Nova Zelândia e Portugal, entre outros.

Gostaríamos também de aprofundar a nossa participação nos Fora Internacionais e Regionais, em especial com a formalização de uma candidatura à Commonwealth.

Na Delimitação de Fronteiras Terrestres e Marítimas - não apenas na sua delimitação a nível terrestre ou marítimo, mas acima de tudo no seu enorme potencial como polos de desenvolvimento em Covalima, Bobonaro e Oecussi, zonas de paz e de cooperação. Devemos assumir que possuímos em cada lado da fronteira, familiares e amigos e que temos a

necessidade de concretizar o corredor de Oecussi e o Triângulo de Crescimento, para aproveitar as redes de comunicação que nos ligam a Cupão no Timor Ocidental ou a Darwin no Território do Norte Australiano. Não são fronteiras que nos separam, mas que nos unem na nossa preparação para a integração na ASEAN ou na Commonwealth.

Sua Excelência, Senhor Presidente do Parlamento Nacional, Distintos Deputados,

Poderíamos resumir o programa de Governo que acabamos de apresentar numa agenda de sete pontos essenciais, para a transformação de Timor-Leste, num *País Forte, Rico e Seguro*:

- Primeiro, iremos fomentar o **sentimento da cidadania e o espírito de pertença**, no alcance do bem-estar e da qualidade de vida;
- Segundo, iremos promover a **integração e a inclusão** social, cultural, educacional e económica de todos os cidadãos;
- Terceiro, iremos contribuir para o **crescimento da economia**, aumentando a produtividade e a competitividade dos trabalhadores, das empresas e do país;
- Quarto, iremos garantir um **desenvolvimento social e económico sustentável** e amigo do meio ambiente;
- Quinto, iremos consolidar o **papel do setor privado na economia** através de mais iniciativas no setor primário (na agricultura, pecuária, pescas ou florestas), conjugadas com o crescente reforço nos setores secundário (indústria) e terciário (serviços);
- Sexto, iremos assegurar a **coesão e o equilíbrio territorial**, promovendo o estabelecimento de diferentes polos de desenvolvimento a nível municipal ou regional.
- Sétimo, iremos **resgatar a diversidade cultural e restaurar a identidade nacional**, promovendo a imagem de um País seguro, moderno e com qualidade, para a Região e para o Mundo.

Poderíamos ainda sumarizar, o programa em três deveres e responsabilidades fundamentais:

- Primeiro, de implementar as políticas e as reformas em curso, que se comprovaram bem-sucedidas, por forma a manter a estabilidade e a potenciar o desenvolvimento económico e social;
- Segundo, de promover reformas estruturantes para acelerar a transformação necessária em setores que não estão a corresponder às expectativas da população; e
- Terceiro, reformar, corrigir e aperfeiçoar processos, sistemas e metodologias que obstaculizam o desenvolvimento sustentável, de forma transversal, para que todas as instituições sejam mais eficazes, responsáveis e inclusivas.

Sua Excelência, Senhor Presidente do Parlamento Nacional, Distintos Deputados,

O meu Governo assume ser orientado para os “**compromissos**”, sujeito a uma constante autocritica e avaliação do desempenho, para saber, se funciona: se ajuda as famílias a ter o bem-estar material e espiritual que necessitam, se ajuda na qualidade de vida que desejam, no emprego que procuram, nas oportunidades e nos cuidados de saúde a que têm direito, ou se ajuda na solidariedade necessária aos antigos combatentes e aos mais carentes, vulneráveis e desfavorecidos através de subsídios de uma segurança social sustentável.

O meu Governo assume ser orientado para as “**Mudanças**”, pois quando algo funciona bem, deve continuar em frente, mas se algo funcionar mal, deve ser corrigido, reformado ou simplesmente cancelado.

Todos aqueles que recebem, usufruem ou utilizam dinheiros, bens ou equipamentos públicos devem ser responsabilizados, para que a despesa seja sensata, para que exista um espírito de poupança, para que haja transparência nos gastos e para que se reformem os maus hábitos estabelecidos.

Só assim poderemos restaurar a confiança dos cidadãos. Só assim podemos responder aos pedidos de aceleração referidos por S. Exa. o Presidente da República, e exigidos pelos diversos setores da nossa economia.

Sua Excelência, Senhor Presidente do Parlamento Nacional, Distintos Deputados,

Permitam-me ainda duas palavras antes de concluir:

A primeira de agradecimento a todos aqueles, mulheres e homens, que de forma generosa participaram, com as suas capacidades, habilitações, competências, conhecimentos, mas acima de tudo com elevada paixão, na elaboração deste Programa para o VIII Governo Constitucional.

Finalmente agradecer humildemente a confiança de todos os Timorenses, em território nacional ou na Diáspora. Não somos apenas um milhão e duzentos mil Timorenses, conforme consta nas estatísticas. Somos muitos mais, espalhados pelo Mundo.

Conto com a vossa participação, empenhamento, espírito de equipa e sacrifício, para poder cumprir, juntos todas promessas e compromissos assumidos com o nosso Povo muito Amado!

O meu Governo está ao vosso serviço, disponível para ouvir os vossos problemas e para resolver as dificuldades enfrentadas pelo País!

Por um *Timor-Leste: Moderno, Desenvolvido e Próspero!*

Que Deus nos abençoe a todos

Muito Obrigado pela vossa atenção